

Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).

Janaina Martins Cordeiro*

Resumo:

Esta comunicação propõe analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizadas no decorrer do ano de 1972 pela ditadura civil-militar então vigente. A idéia é analisar este evento como um momento privilegiado para observar as relações entre a sociedade brasileira e o regime militar em sua complexidade, buscando ultrapassar a lógica, por vezes simplificadora que coloca de um lado um Estado opressor e de outro, uma sociedade vitimizada. A partir do estudo dessas comemorações, busca-se recuperar os debates em torno da memória construída sobre o regime civil-militar.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, consenso, memória

Abstract:

Cet article propose d'examiner les célébrations des cent cinquante ans de l'indépendance du Brésil, menées au cours de l'année 1972, pour la dictature civile-militaire. L'objectif est d'analyser cet événement comme un moment important pour observer les relations entre la société brésilienne et le régime militaire dans sa complexité.

De l'étude de ces célébrations, cherche à récupérer les débats autour de la mémoire sur le régime civilo-militaire.

Mots-clés: dictature civile-militaire, consensus, mémoire

* Doutoranda em História Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Núcleo de Estudos Contemporâneos – NEC/UFF).

Este artigo propõe analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizadas no decorrer do ano de 1972 pela ditadura civil-militar então vigente. Este evento pode ser considerado um momento privilegiado para observar as relações entre a sociedade brasileira e o regime militar em sua complexidade, buscando ultrapassar a lógica, por vezes simplificadora que coloca de um lado um Estado opressor e de outro, uma sociedade vitimizada. Proponho, portanto, o estudo das comemorações do 150º aniversário da Independência como forma de observar os mecanismos de formação de um consenso no seio da sociedade, fundamental para a sustentação da ditadura.

As festividades do Sesquicentenário tiveram início em 21 de abril de 1972, dia de Tiradentes, com a realização do “I Encontro Cívico Nacional” que reuniu “em praças públicas o povo para ouvir o pronunciamento do Presidente da República, assistir o hasteamento da Bandeira e cantar o Hino Nacional”, sendo que tal programação foi realizada em todo o país¹, ao que se seguiu o traslado dos despojos de D. Pedro I de Portugal para o Brasil², também realizado em abril. A programação estendeu-se até a semana da Pátria, em setembro desse mesmo ano, tendo se encerrado com os desfiles militares do dia 7 em todo o país e a inauguração do monumento à Independência no Museu do Ipiranga, em São Paulo. As comemorações incluíram também a reedição de importantes obras que tratavam da emancipação brasileira, privilegiando para tanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como *responsável* pela construção de uma identidade nacional; a organização de um campeonato internacional de futebol (Taça Independência)³; a realização do filme

¹ FUNDO COMISSÃO EXECUTIVA DA COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 51. Recorte de Jornal: “Encontro Cívico abre hoje o ano do Sesquicentenário”. In: *O Estado* – Fortaleza/Ceará, 21/04/1972.

² Cf.: “A volta do Imperador”. In: *O Cruzeiro*, 26/04/1972. Os despojos de D. Pedro I foram trazidos para o Rio de Janeiro, onde ficaram por alguns dias na Quinta da Boa Vista. Em seguida percorreram diversas cidades do Brasil, até finalmente ser levado a São Paulo, onde a Independência foi proclamada.

³ O torneio aconteceu entre 11 de junho e 6 de julho de 1972 e reuniu seleções de todo o mundo, dentre as quais – e além da seleção brasileira, tri-campeã mundial de 1970 -, as seleções da Argentina, Uruguai, Tchecoslováquia, Rússia, Iugoslávia e Portugal. Cf.: “A taça mais cara do mundo”. In: *O Cruzeiro*, junho de 1972.

3

Independência ou Morte, do cineasta Carlos Coimbra⁴ e a já mencionada inauguração do monumento do Ipiranga, o qual abrigaria os restos mortais de D. Pedro I⁵.

Em outubro de 1971 o decreto 69344 instituiu uma “Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil”⁶. Integravam a comissão executiva nacional os Ministros da Justiça, da Marinha, Exército, Relações Exteriores, Educação e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV. Em suma, podemos observar já na própria composição da comissão dos festejos, os esforços realizados pelo Estado no sentido de rememorar a data, e de que o evento fosse capaz de envolver todo o país. Daí a importância de organizar Comissões Executivas no âmbito dos estados, de modo a resgatar regionalmente o sentido que se atribuía ao evento de 1822.

Mais que isso, dessa forma, podemos compreender de que maneira a ditadura recuperava, em 1972, a memória do 7 de setembro de 1822. Aqui, portanto, a noção de memória deve ser tomada em sua relação com as discussões que envolvem as questões relativas às *comemorações*. Neste caso, cabe destacar ainda que, para além de observar a construção e re-afirmação de uma história oficial da Independência do Brasil como forma de legitimar o regime, é preciso, antes, analisar os valores e os sentimentos que tal comemoração mobilizava no imaginário coletivo da sociedade, para desta forma compreender os mecanismos da adesão e da formação do consenso em torno do regime.

De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, “a memória nacional não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores”. Mais adiante, a historiadora afirma: “A memória nacional, que envolve toda a sociedade, se constitui como um discurso de segunda ordem construído sobre valores da memória coletiva de diferentes grupos, e principalmente das classes populares” (OLIVEIRA, 2000: 184). Nesse sentido, cabe discutir exatamente quais

⁴ O filme não foi realizado pelo Estado brasileiro, mas, “sem dúvida se pode afirmar que *Independência ou Morte* apresenta a visão oficial” da Independência, encampada pela ditadura brasileira quando das comemorações do Sesquicentenário. Cf.: Carlos Eduardo Pinto de Pinto. *Inconfidência ou Morte! O embate ideológico entre o governo militar e os cinema-novistas através dos filmes de reconstrução histórica*. 2002. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Marco Morel, p. 53.

⁵ Cf.: “Colorido fim de festa”. In: *Veja*, 13/09/1972.

⁶ Cf.: “Independência já conta com comissão”. In: *Jornal do Brasil*, 09/10/1971, 1º Caderno, p.15.

4

foram esses valores já difusos na sociedade que as comemorações do Sesquicentenário buscaram mobilizar, fazendo a ponte entre passado, presente e futuro.

É preciso, pois, discutir as funções simbólicas e políticas do ato de *comemorar*, suas ligações com a construção da modernidade e suas temporalidades múltiplas: a *invenção das tradições* (HOBSBAWM, RANGER, 1997), que conjuga num mesmo movimento passado, presente e futuro. E, no caso particular das comemorações do Sesquicentenário da Independência, isso implica em compreender uma série de escolhas: o *porquê* centrar as festividades na figura de D. Pedro I (FICO, 1997: 64) e mais que isso, *quem* seria esse D. Pedro que se estava rememorando: o líder de pulso firme, resoluto, que com um gesto realizou a independência do país, pacificamente. E daí a importância em, ao mesmo em que se comemorava a *liberdade* do Brasil, celebrar também a amizade com Portugal, exaltando D. Pedro como o “Imperador de dois povos”⁷. Assim, se construíam as pontes entre a *independência política* realizada em 1822 e a *independência econômica* que a *Revolução* realizava desde 1964.

A perspectiva do sentido das comemorações e da *invenção* de uma determinada tradição é tomada aqui partindo de uma hipótese para a qual Eric Hobsbawm nos chama a atenção: as tradições inventadas, os “novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos (...) talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem uma genuína repercussão popular” (HOBSBAWM, 1997: 272). É, então, tendo em vista este duplo movimento que envolve a *criação* de “lugares de memórias” (NORA, 1987: 7-28) pelo poder público e a internalização social das práticas propostas pela institucionalização destes que devemos compreender a festa da Independência em 1972.

Os festejos do Sesquicentenário se inseriam num contexto complexo, após a edição do Ato Institucional número 5 em 1968 e o conseqüente aumento substantivo da repressão contra os grupos de oposição ao regime. Ao mesmo tempo, é o momento em que “o capitalismo brasileiro, continuando e aprofundando a linha ascendente inaugurada em 1967, deu um gigantesco salto para frente”, é o chamado *Milagre Brasileiro*, quando o país, “comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista” (AARÃO REIS, 2005: 54;56).

Sob este aspecto, em 1972, as comemorações do 150º aniversário da Independência procederam a uma recuperação ufanista da história do Brasil, de acordo com a qual, em 1822 D. Pedro I havia realizado a independência política da nação e, então, os militares realizavam

⁷ Joaquim José Freire Lagreca. “D. Pedro: Imperador de dois povos”. In: *O Cruzeiro*, 26/04/1972.

5

a independência econômica. Em sua mensagem de fim de ano em 1971, por exemplo, o presidente Médici anunciava: “Vejo chegar, afinal, depois desses 150 anos de vida independente, a emancipação econômica dos sonhos dos inconfidentes”⁸. O clima de prosperidade econômica era intensificado pela tentativa de construir uma imagem otimista do país, da qual a agência de propaganda do governo (Assessoria Especial de Relações Públicas - Aerp) era encarregada (Cf.: FICO, 1997).

Não obstante o aumento expressivo das ações de repressão contra os opositores do regime, que levaram à derrota política e militar de seu projeto e, para além também da eficiência da propaganda do regime, é preciso não perder de vista que a ditadura e o governo Médici em particular, usufruíram de grande popularidade. Assim, é importante chamar atenção para uma outra lógica, que não somente a da repressão e propaganda, sem dúvidas elementos cruciais para a sustentação do regime. Mas, há que se ressaltar o fato de que, se para alguns os anos 70 foram efetivamente *anos de chumbo*, para muitos eles foram também

“anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas (...). Naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir” (AARÃO REIS, 2005: 61).

As comemorações do Sesquicentenário da Independência são, sob esta perspectiva, uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos observar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo.

Nesse sentido, os documentos reunidos pela Comissão Executiva Nacional, são um bom indicador de como as mais diversas associações civis, em todas as regiões do país, pretendiam dar sua contribuição e marcar sua presença nas comemorações. Assim, encontramos manifestações de adesão de grupos como os Lions Clubes, Confederação Brasileira de Basketball, Academia Fluminense de Letras, entidades femininas como a União Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) ambos de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas do Estado da Guanabara e outros órgãos de representação dos profissionais de imprensa, como a União dos Profissionais de Imprensa e a própria Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que integrava a Comissão Executiva Nacional do Sesquicentenário da Independência⁹.

⁸ Cf.: “Chegou o Sesquicentenário”. In: *Veja*, 05/01/1971, p.19.

⁹ Sobre a ambivalência das relações entre a Associação Brasileira de Imprensa e o regime civil-militar, cf.: Denise Rollemberg. “As *Trincheiras* da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-

Além desses, podemos observar também o desejo de participação nas comemorações expressos por entidades religiosas as mais diversas (católicas, israelitas, maçônicas¹⁰), sindicatos dos professores, dentre outras. Encontramos também manifestações individuais, como por exemplo, a do escoteiro José Alves Pessoa, 69 anos que atravessou o Brasil a pé, do Oiapoque ao Chuí, repetindo o feito de seu grupo de escotismo em 1922, quando das comemorações do centenário da Independência¹¹.

Assim, é preciso sublinhar que a utilização das categorias “consenso” e “consentimento” remetem por sua vez à complexidade dos comportamentos sociais – particularmente à complexidade do social diante de regimes autoritários ou ditatoriais. Didier Musiedlak, ao tratar da formação do consenso em torno do fascismo italiano chama atenção para a característica “polissêmica” do conceito, o qual, todavia não é estranho à complexidade mesma que se pode observar nas sociedades ocidentais confrontadas com experiências de autoritarismo (MUSIEDLAK, 2008, no prelo). Já para Daniel Aarão Reis, o termo *consenso* utilizado para compreender

“as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência” (AARÃO REIS, 2008, no prelo).

Ainda de acordo com este autor, os variados tipos de comportamentos citados “são matizes bem diferenciados (...), mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (AARÃO REIS, 2008, no prelo).

Para as finalidades as quais se propõem este trabalho, as definições propostas por Musiedlak e Aarão Reis são importantes na medida em que dão conta da diversidade dos comportamentos coletivos, permitindo perceber de forma menos simplificadora as relações estabelecidas entre sociedade civil e ditadura, a complexidade dos comportamentos coletivos

1974)”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs.). *Sociedades e regimes autoritários* (título provisório). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [no prelo].

¹⁰ A maçonaria possuiu um destacado papel nas articulações políticas que levaram à independência em 1822. Importantes personagens do processo de emancipação política, como os próprios D. Pedro I e José Bonifácio, faziam parte da ordem. Por isso, em 1972, era importante para os maçons reivindicarem sua participação nas comemorações. Sobre as relações entre maçonaria e as articulações políticas que levaram à independência, cf.: Alexandre Mansur Barata. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

¹¹ FUNDO COMISSÃO EXECUTIVA DA COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 51. Recorte de Jornal: “Do Oiapoque ao Chuí a pé”. In: *Correio Brasileiro* – Brasília, 24/07/1972.

sob regimes autoritários, que por vezes, não cabem *em campos bem delimitados de oposição ou situação* (ROLLEMBERG, 2008, no prelo).

Assim, a definição de consenso englobando uma gama variada de atitudes com relação ao regime estabelecido nos remete por sua vez ao que Pierre Laborie denominou *penser-double* ou *zona cinzenta* para compreender os comportamentos dos *franceses comuns* sob o regime de Vichy e a ocupação nazista entre 1940 e 1944. O *penser-double* faz referência à imagem dos franceses portando neles próprios sentimentos opostos, mas partilhados e, portanto, “não pode ser reduzido a uma única expressão de duplicidade”. Ao contrário, ele “reenvia à idéia do homem duplo, deste que é um e outro ao mesmo tempo, mais pelo peso de uma necessidade exterior que pelo cálculo cínico ou interesse” e, nesse sentido, explica a forte presença dos modos de pensar ambivalentes na opinião comum (LABORIE, 2003: 33).

Para o historiador, a idéia de *ambivalência* é um dos “espelhos menos deformantes para dar conta da plasticidade das situações *attentistes*¹² e de suas contradições aparentes” (LABORIE, 2003: 31). Segundo ele, perceber os comportamentos coletivos dos franceses sob Vichy pelo prisma da ambivalência abre portas ao historiador e alarga suas possibilidades de análise na medida em que nos permite pensar as “contradições não mais em termos antinômicos – resistentes ou petanistas, gaullistas ou *attentistes*” (LABORIE, 2003: 32). Daí, ainda de acordo com o autor, a importância de se recuperar os códigos culturais da época, as *palavras* – para o caso francês -, dos anos 1940, “os modos de presença no mundo dos atores sociais” ou as “formas de racionalidade dos sistemas de representações mentais” para, desta forma, recuperar “alguns dos mecanismos essenciais que comandam os comportamentos” (LABORIE, 2003: 29).

Dessa forma, o *penser-double* aparece como “um meio de contornar uma realidade tornada insuportável”, parte de um “longo processo de adaptação”. Laborie enfatiza, então, a existência de *zonas cinzentas* da ambivalência:

“rompendo com os campos delimitados de *resistentes* ou *colaboracionistas*, (...) [o autor], viu a *zona cinzenta*, o enorme espaço entre os dois pólos, formulando o conceito *penser-double*, chave para entender o que não cabe nas fronteiras bem marcadas – ou se é isto ou aquilo. Muitas vezes, se é um e outro, se é duplo. Na *ambivalência*, que não é sinônimo de contradição – desconcertante para muitos - estaria a França dos anos *confusos*” (ROLLEMBERG, 2008: 55).

¹² Sobre o significado do termo *attentisme*, cf.: Denise Rollemberg, “Aos grandes homens a Pátria reconhecida. Os Justos no Panthéon”. In: Angela de Castro Gomes (org.). *Direitos e cidadania*. Memória, política e cultura. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2008, p.48. “*Attentisme*: substantivo relativo ao verbo *attendre*, esperar; termo usado quando se trata dos anos 40, para referir-se ao comportamento coletivo dos franceses e francesas identificados à recusa de escolha e de tomada de posição; à espera do desenrolar da situação após a derrota de 1940. Laborie se opõe à generalização e à simplificação com que este fenômeno de opinião, muitas vezes, é tratado, associado a oportunismo, ‘cumplicidade pela indiferença’. O autor procura compreendê-lo em sua complexidade e em suas múltiplas dimensões”.

Guardadas as devidas proporções e diferenças de contextos entre a França de Vichy e a ditadura civil-militar brasileira, os conceitos elaborados por Pierre Laborie mostram-se frutíferos para pensar a realidade brasileira na medida em que nos apontam justamente para a possibilidade de apreender a complexidade dos comportamentos sociais naquele período. Chamam atenção para a possibilidade de análise da construção do consenso em torno do regime a partir da utilização de categorias como *ambivalência* e permitem perceber que as atitudes coletivas não cabem em conceitos bem marcados como os de *resistentes* e *colaboradores*, os quais por vezes se limitam a uma ambigüidade maniqueísta.

Apreender, pois, a diversidade que compõe a *zona cinzenta*, no caso brasileiro significa observar que para além do binarismo por vezes simplificador entre um *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada*, há uma série de atitudes que nos permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por vinte e um anos. Significa também perceber que entre a *recusa*¹³ das práticas empregadas pelo Estado e a *resistência* de um lado; a simpatia e o apoio manifesto ao regime do outro, existe também a *indiferença* e/ou os que alegavam e alegam *nada saber*, “essa espécie de personagem constante da história que atravessa os tempos em diferentes partes do mundo assistindo a toda espécie de crime sem nada ver” (ROLLEMBERG, 2006: 83).

Assim, muito embora as solenidades propostas por ocasião do Sesquicentenário da Independência possam ser vistas como um espaço interessante para se observar o “apoio ativo” ou a “simpatia acolhedora” de parcelas importantes da população com relação ao regime, é preciso ir além e perceber, da mesma forma, a adesão às comemorações propostas pela ditadura tendo em vista a diversidade da *zona cinzenta*. Há que se compreender os festejos considerando-se o enorme espaço existente entre as tentativas realizadas no sentido “de legitimação simbólica do regime autoritário então vigente” (ALMEIDA, 2005: 105-122) e o consentimento de parcelas significativas da sociedade às comemorações. E, mesmo no que concerne à *adesão*, é preciso entendê-la de forma ampla, tornando objeto não somente aqueles que participaram de maneira ativa, mas também os que *assistiam silenciosamente* à festa.

¹³ No sentido aqui empregado, pode-se entender a *recusa* de parte da sociedade à ditadura-civil militar de maneira similar à que Ian Kershaw entende a “dissensão” dos alemães sob o nazismo. Este autor prefere empregar o termo *dissensão* em vez de *oposição* ou *resistência* para designar determinados tipos de opiniões e ações que “não aprovam tais ou tais aspectos do nazismo”, sem que isso configure, no entanto em oposição ou resistência efetiva ao regime. Para ele, “o termo ‘dissensão’ parece, portanto, cobrir melhor a expressão das atitudes, freqüentemente espontâneas e sem ligação alguma com uma ação precisa, crítica ou dirigida contra o nazismo. A ‘dissensão’ poderia se transformar em oposição, mas não necessariamente”. Cf.: Ian Kershaw. *L’opinion allemande sous le nazisme*. Bavière 1933-1945. Paris: CNRS Éditions, 2002, pp.34-5.

Os “encontros cívicos”, as filas que se formavam para visitar os despojos de D. Pedro I, as homenagens prestadas em alguns estados simultaneamente ao imperador e ao ex-presidente Castelo Branco¹⁴ - em uma tentativa de colocar o marechal ao lado do imperador no Panthéon dos heróis nacionais –, a festa de encerramento das comemorações no dia 7 de setembro, foram todos eventos capazes de mobilizar vastos segmentos sociais. Explicações que se baseiem simplesmente no poder de *manipulação, propaganda e repressão* do Estado por vezes correm o risco de se contentar com maniqueísmos simples. É importante tentar ir além e compreender os mecanismos através dos quais um regime ditatorial se estabeleceu no país e se sustentou por vinte e um anos, sendo capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade e criar elementos de identificação entre esta e o regime. Assim, podemos compreender melhor este cenário:

“Durante a semana passada, milhares de automóveis circularam pelas ruas de São Paulo com fitas verde-amarelas nas antenas, bandeiras nos vidros traseiros e, em muitos casos, visitantes de todas as cidades do país, atraídos pelo encerramento dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Os hotéis ficaram sem lugares, os aviões repletos (...). Os prédios da Avenida Paulista, onde se realizou o desfile militar do dia 7, vestiram-se de bandeiras (...). No Museu do Ipiranga, uma multidão percorria os corredores em busca das relíquias da Independência. Enquanto isso, às margens do rio Tietê, cerca de 40.000 visitantes formigavam debaixo da estrutura metálica do palácio de exposições do Parque Anhembi, onde estavam expostos os troféus do desenvolvimento industrial e das exportações brasileiras”¹⁵.

São esses atores sociais que, rememorando o passado, festejavam o presente que é preciso tornar objeto, para desta forma, compreender melhor a ditadura civil-militar, não como algo construído de cima para baixo, mas como um produto histórico da sociedade brasileira.

¹⁴ FUNDO COMISSÃO EXECUTIVA DA COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 51. Recorte de Jornal: “No Ceará, reverência a Castelo Branco”. In: *Diário de São Paulo* – São Paulo, 19/07/1972. A reportagem enfatizava que as homenagens a Castelo Branco se inseriam nas comemorações do Sesquicentenário.

¹⁵ “Colorido fim de festa”. In: *Veja*, 13/09/1972, p. 12.

Bibliografia:

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3ª ed., 2005.

AARÃO REIS, Daniel. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008].

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu. “O regime militar em festa: as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira”. In: Adriano de Freixo e Oswaldo Munteal Filho (orgs.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, pp.105-122.

HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles*. De la guerre d’Espagne a la Liberation. Paris, Seuil, 2003.

MUSIEDLAK, Didier. «Le fascisme italien: entre consentement et consensus. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008].

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 1987

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. “Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p.184.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: João Roberto, Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006

_____. “Aos grandes homens a Pátria reconhecida. Os Justos no Panthéon”. In: Angela de Castro Gomes (org.). *Direitos e cidadania. Memória, política e cultura*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2008.

_____. “As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”, In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo [2008].